



MARINHA DO BRASIL
COMANDO DO 3º DISTRITO NAVAL
NÚCLEO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA MARINHA

ESTUDOS PRELIMINARES

1 - OBJETO DA CONTRATAÇÃO

Credenciamento de pessoas jurídicas e de profissionais de saúde autônomos, enquadrando-se como serviço comum, a fim de possibilitar a contratação direta de serviços de habilitação e reabilitação através de clínicas e profissionais autônomos especializados, afim de atender aos usuários do PAE (Programa de Atendimento Especial) do Núcleo de Assistência Social (NAS) do Comando do 3º Distrito Naval (Com3ºDN).

2 - SUPORTE LEGAL

Este documento foi elaborado conforme a Instrução Normativa nº 58, de 8 de agosto de 2022, que dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares – ETP – para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital.

3 - ANÁLISE DA CONTRATAÇÃO ANTERIOR

A contratação anterior atendeu positivamente às necessidades da administração, tendo em vista que todo o suporte demandado pelos usuários do PAE foi prestado, tendo do ponto de vista da qualidade dos atendimentos oferecidos seja relacionado ao aspecto econômico.

4 - JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

O Núcleo de Assistência Social (NAS) do Comando do 3º Distrito Naval (Com3ºDN), por meio do Programa de Atendimento Especial (PAE), da Diretoria de Assistência Social da Marinha (DASM), é responsável por oferecer serviços de habilitação e reabilitação para os dependentes de militares e servidores civis da Marinha do Brasil, que apresentem distúrbios do desenvolvimento neuropsicomotor causados por transtornos congênitos, perinatais ou adquiridos na infância, por meio de pessoas jurídicas e de profissionais de saúde autônomos.

5 - PLANEJAMENTO

Com fulcro no parágrafo único, do art. 1º, do Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022, incluído pelo Decreto nº 11.137, de 18 de julho de 2022 c/c subitem 1.12, da SGM-102 (NORMAS SOBRE LICITAÇÕES, ACORDOS E ATOS ADMINISTRATIVOS), o objeto da contratação está previsto no Programa de Aplicação de Recursos (PAR).

6 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Com efeito, o Credenciamento se mostra necessário, uma vez que o interesse público pode ser atendido por meio da contratação de mais de uma pessoa jurídica e/ou profissionais de saúde autônomos capazes de cumprirem as exigências do objeto do contrato, e não apenas nos casos em que a obtenção de uma proposta mais vantajosa seja suficiente para atender ao objetivo da Administração Pública, bem como por já se tratar de um serviço já oferecido e pelas peculiaridades inerentes a ele (atendimento de dependentes de militares e servidores civis portadores de transtornos do neurodesenvolvimento, dos quais se destaca – cerca de 70% do público atendido pelo PAE - o Transtorno do Espectro Autista – TEA -, transtorno esse que tem por uma das suas principais características a necessidade de manutenção da rotina diária do paciente, o que resultaria em sérios prejuízos para os mesmos caso uma solução outra para esse objeto fosse adotada. Por essa razão, o credenciamento é realizado com base na inexigibilidade de licitação, nos termos dos art. 74 e 79, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Uma particularidade do Credenciamento é permitir buscar todas as empresas e profissionais que preencham as condições exigidas e aceitem a prestação do serviço, fazendo com que, quanto mais credenciados, mais adequados serão os serviços desejados e, consequentemente, a satisfação dos usuários do PAE. O Princípio Constitucional e Administrativo norteador do Credenciamento é o da Isonomia. Uma vez atestada a inviabilidade de atingir o interesse público através da individualização de uma única pessoa, em função do objeto que se persegue, quanto maior o número de prestadores de serviços, melhor serão satisfeitas as necessidades da Administração, cabendo à mesma assegurar que todos aqueles que com ela queiram estabelecer um ajuste possam fazê-lo, bastando para tanto o atendimento a alguns requisitos. Não há distinções, ou seja, qualquer contratado assumirá igual obrigação perante a Administração e receberá o mesmo valor pelos serviços devidamente prestados, nas mesmas condições dos demais credenciados.

O Credenciamento também atende a diversos princípios norteadores da licitação, da seguinte maneira:

- a) Legalidade - a conveniência social no caso da assistência especializada é latente, uma vez que com o credenciamento todos serão amplamente beneficiados e a legalidade encontra respaldo no art. 5º, da Lei nº 14.133/2021;
- b) Impessoalidade - o credenciamento obedece este princípio, pois a finalidade da Administração é prestar a melhor assistência especializada, com o menor custo possível e dentro dos limites orçamentários; é o que se pretende fazer, atingindo todas os interessados que se enquadrarem nos requisitos estabelecidos;
- c) Igualdade - no credenciamento, o princípio da igualdade estará muito mais patente do que na licitação formal. Poderá ser credenciada da pequena clínica, ou um consultório de apenas um médico, ao hospital de grande porte, com direito de participação de todos, sendo a sua utilização em pequena ou grande escala vinculada à qualidade e à confiança dos beneficiários que, conforme a aceitação destes, permanecerão ou serão descredenciados;

- d) Publicidade - antes de se concretizar o credenciamento, deverá ser dada ampla divulgação, com aviso publicado no Diário Oficial da União e em jornal de grande circulação, podendo, inclusive, a Administração enviar correspondência aos possíveis prestadores de serviço;
- e) Probidade Administrativa - o Credenciamento, da maneira que será executado, obedece rigorosamente aos postulados do princípio da probidade administrativa, uma vez que, embora tal procedimento não esteja expressamente previsto na Lei de Licitação, nenhum comprometimento ético ou moral poderá ser apontado, já que foram observados os demais princípios elencados para o certame;
- f) Vinculação ao Edital - é um princípio bastante fácil de ser seguido no esquema do credenciamento, pois os parâmetros serão definidos em ato da Administração, que, mediante divulgação para conhecimento dos interessados, permitirá que sejam selecionados apenas aqueles que concordarem e se adequarem a seus termos; e
- g) Julgamento Objetivo - no Credenciamento, o julgamento é realizado por uma Comissão, que analisa as condições de habilitação. Posteriormente, os habilitados prestarão serviços aos usuários do PAE, de acordo com a escolha de cada participante, em razão do grande número de opções; logo, não basta ser credenciado para prestar o serviço, tem que contar com a confiança da clientela. Além disso, por ocasião da implantação do sistema de Credenciamento, alguns aspectos devem ser observados, de modo a preservar o tratamento isonômico dos potenciais interessados, a lisura, a transparência e a economicidade do procedimento

7 - ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

As quantidades abaixo citadas estão baseadas na atual produção mensal do PAE, tendo um acréscimo de 10 a 15% do total, tendo em vista a tendência de crescimento do Programa.

MODALIDADE AMBULATORIAL				
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	SESSÃO DE PSICOTERAPIA	12572	UN	8500
2	SESSÃO DE FONOAUDIOLOGIA	5967	UN	9000

3	SESSÃO DE TERAPIA OCUPACIONAL	19968	UN	9000
4	SESSÃO DE PSICOMOTRICIDADE	18899	UN	5400
5	SESSÃO DE INTEGRAÇÃO SENSORIAL	14060	UN	3000
6	SESSÃO DE FISIOTERAPIA	5568	UN	3000
7	SESSÃO DE PSICOPEDAGOGIA	15490	UN	7200
8	SESSÃO DE PSICOTERAPIA - TELE ATENDIMENTO	12572	UN	500
9	SESSÃO DE HIDROTERAPIA	30009	UN	3000
ATENDIMENTO DOMICILIAR				
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	SESSÃO DE PSICOTERAPIA DOMICILIAR	12572	UN	480
2	SESSÃO DE PSICOPEDAGOGIA DOMICILIAR	15490	UN	480
3	SESSÃO DE FONOAUDIOLOGIA DOMICILIAR	5967	UN	480
4	SESSÃO DE FISIOTERAPIA DOMICILIAR	5568	UN	480
5	SESSÃO DE TERAPIA OCUPACIONAL DOMICILIAR	19968	UN	480
6	SESSÃO DE PSICOMOTRICIDADE DOMICILIAR	18899	UN	480

8 - JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO E SOLUÇÃO A CONTRATAR

Dentre as soluções disponíveis no mercado foi verificado, no processo em tela, que é favorável para consecução do objeto, a contratação, por meio de credenciamento, de clínicas e/ou por profissionais de saúde autônomos.

Urge lembrar que em anos anteriores, o Núcleo de Assistência Social já tinha obtido êxito na contratação, por credenciamento, de clínicas e/ou por profissionais de saúde autônomos, por meio de Inexigibilidade de Licitação.

9 – ESTIMATIVA DE PREÇOS OU PREÇOS REFERENCIAIS

a) A estimativa dos preços foi realizada com base na cotação de orçamentos coletados na área da cidade de Natal/RN, tendo optado pelos valores de menor monta, visando a sustentabilidade financeira do PAE bem como o zelo com o erário. Uma outra forma de se estimar o valor seria tendo como base os honorários dispostos pelos Conselhos de Classe, porém, a título de exemplo, na planilha de honorários disponibilizada pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), constante no seguinte endereço eletrônico: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2023/09/tabela_dieese_fenapsi_cfp_honorarios_2023.pdf, o valor base do acompanhamento psicoterapêutico está custando R\$ 266,21, enquanto o valor cotado na pesquisa de preços, na modalidade ambulatorial ficou R\$ 83,29. Do mesmo modo, segundo tabela disponibilizada pelo Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (COFFITO), constante no seguinte endereço eletrônico: <https://www.coffito.gov.br/nsite/?s=rnhito>, o valor de uma sessão de terapia ocupacional tradicional está orçada em R\$ 92,43, enquanto que o valor obtido na pesquisa local na modalidade ambulatorial o valor ficou em R\$ 54,00. Os orçamentos encontram-se anexos a este processo bem como estão discriminados no Termo de Referência.

b) No Edital de Credenciamento vigente, de 2019, constam os seguintes valores para as seguintes especialidades terapêuticas: psicoterapia (R\$ 75,72); psicopedagogia (R\$ 64,91); psicomotricidade (R\$ 64,91); hidroterapia (R\$ 67,20); fisioterapia (R\$ 67,20); fonoaudiologia (R\$ 55,00); e terapia ocupacional (R\$ 48,67).

10 – DESCRIÇÃO DETALHADA DO SERVIÇO

A execução do objeto se dará a partir da data de publicação da contratação no Diário Oficial da União (DOU), e trata-se de serviços de habilitação e reabilitação de saúde para os pacientes do Programa de Atendimento Especial (PAE) da Diretoria de Assistência Social da Marinha (DASM), por meio de clínicas e/ou profissionais de saúde autônomos, nas modalidades: ambulatorial e domiciliar (a ser prestado na residência do paciente quando este estiver impossibilitado temporária ou definitivamente de comparecimento às terapias).

O Credenciado deverá oferecer o tempo mínimo de 50 (cinquenta) minutos por sessão, seja no regime externato, ambulatorial ou domiciliar. O credenciado deverá entregar a produção (Anexo B.I, B.II, B.III e B.IV), até o 5º dia útil de cada mês. Cabe ao credenciado solicitar, ao fim de cada atendimento, o preenchimento, por parte do responsável pelo paciente, da Frequência de Atendimento (Anexo B.III), sendo vedado o preenchimento da mesma em dia anterior ao atendimento e não recomendado em dia posterior ao atendimento, assim como fica a cargo do credenciado, junto ao responsável pelo paciente, o agendamento de dias e horários para a realização dos atendimentos.

Fica a cargo da Credenciada confirmar, junto ao responsável pelo paciente, os atendimentos diariamente, ou preferencialmente, no dia anterior ao atendimento. Em casos de ausências não justificadas do usuário às sessões, com frequência inferior a 75% do que foi autorizado pela Administração, o usuário passivo estará sujeito à exclusão do PAE. Para os casos de faltas justificadas, o responsável pelo usuário deve preencher a folha de “Justificativa de Ausência” (Anexo B.V), e que informe à Credenciada com menos de 24 horas de antecedência. A não realização do atendimento resultará no não pagamento. Até o fim do mês de dezembro de cada ano, a Credenciada deve enviar à Administração relatório de evolução de cada especialidade de todos os pacientes por ela acompanhados, organizados em ordem alfabética e encadernado. Os contratos com os Credenciados terá duração de 01 (m) ano e 06 (seis) meses. Constam nos Anexos A.I ao A.VIII documentação a ser preenchida pela clínica no ato da contratação ou da renovação do contrato.

11 - JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO:

Considerando as características dos serviços a serem contratados não haverá parcelamento ou individualização do serviço.

12 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Considera esta Equipe de Planejamento que é dever do Gestor Público promover as políticas sociais, uma vez que a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, que dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas, ampara-se no seu art. 16, que expressa: **“cabe a missão das Forças Armadas, como atribuição subsidiária geral, cooperar com o desenvolvimento nacional e a defesa civil, na forma determinada pelo Presidente da República”.**

Portanto, um dos pilares basilares do Núcleo de Assistência Social é amparar a Família Naval em suas necessidades, através de Programas sendo um deles o de Atendimento Especial (PAE). Sendo assim, esta Equipe espera atender aos usuários e auxiliar na sua qualidade de vida.

13 - PROVIDÊNCIAS PARA A ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO

Previamente à celebração da contratação deverá ser realizada pela Administração a capacitação do servidor responsável pela fiscalização e gestão do contrato.

14 - DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Os Estudos Preliminares evidenciaram que a contratação da solução descrita no item 2, ou seja, da contratação de serviços clínicos especializados, mostra-se possível tecnicamente e economicamente.

Conforme dispõe o Inciso IV do Anexo I da Instrução Normativa nº 5/2017, o credenciamento é o ato administrativo de chamamento público destinado à pré-qualificação de todos os interessados que preencham os requisitos previamente determinados no ato convocatório, visando futura contratação, pelo preço definido pela Administração.

Diante do exposto, declara-se ser viável a contratação pretendida com base neste Estudo Técnico Preliminar, consoante o inciso XIII, art. 7º da IN 40 de 22 de maio de 2020, da SEGES/ME.

15 - FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

Os fiscais de contrato serão nomeados por meio de portaria a ser redigida, preferencialmente, mensalmente, não tendo os mesmos relação com os serviços prestados pela Assistência Social, visando maior transparência e idoneidade no processo de fiscalização.

Natal/RN na data da assinatura.

Equipe de Planejamento:

1 - _____
KARINE RODRIGUES DA SILVA /14.1420.23

2 - _____
ÍTALO ALVES SOBRINHO /19.0924.91